Revista Crítica de Ciências Sociais, 81, Junho 2008: 9-41

ELÍSIO ESTANQUE

Jovens, estudantes e 'repúblicos': Culturas estudantis e crise do associativismo em Coimbra*

O presente texto desenrola-se a partir de uma breve reflexão sobre as tendências de mudança no universo juvenil e estudantil (nomeadamente o significado actual dos movimentos sociais dos anos 60) e caracteriza as sociabilidades, as práticas e as orientações subjectivas dos estudantes da Universidade de Coimbra (UC), procurando relacionar as lutas do passado e a sua memória com os desafios que se colocam hoje à participação cívica e associativa. Merecem especial atenção aspectos como: a tradição festiva e ritualista da academia; as atitudes e subjectividades perante a vida social; o papel da associação de estudantes e a importância das suas actividades; e a participação nas acções associativas e de protesto público. Baseado num conjunto de dados recolhidos através de um inquérito representativo do universo estudantil da UC, o artigo discute algumas tendências recentes neste domínio e analisa os resultados considerando diferentes segmentos de estudantes, nomeadamente os residentes nas chamadas "Repúblicas" e o sector feminino.

Introdução

O tema dos movimentos estudantis tem vindo a perder interesse à medida que, ao longo das últimas três décadas, se vem desvanecendo a ideia de uma contracultura de rebeldia associada, desde a década de 1960, à juventude universitária. Na verdade, a herança histórica desse legado geracional, até por ter sido em boa medida veiculada por alguns dos seus antigos protagonistas, acabou por dar lugar a uma espécie de "congelamento" de uma unidade imaginária dessa geração em torno do chamado "espírito de 68", com

---

* O presente texto baseia-se em resultados da pesquisa *Culturas Juvenis e Participação Cívica: diferença, indiferença e novos desafios democráticos,* coordenada por Elísio Estanque e Rui Bebiano e realizada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra entre 2003 e 2006 (projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, nº POCTI/SOC/45489/2002). Em co-autoria dos referidos coordenadores, o projecto deu igualmente lugar ao livro, *Do activismo à indiferença: Movimentos estudantis em Coimbra.* Lisboa: ICS, 2007. Uma parte da análise empírica aqui desenvolvida foi incluída num outro artigo publicado, sob o título "Cultura acadêmica e movimento estudantil em Coimbra", na revista *Teoria e Pesquisa – Revista de Ciências Sociais,* XVI(2), 2007, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/SP).

isso construindo uma identidade histórica fictícia e dotada de um peso desmesurado, que se tornou impossível de suportar pelas gerações posteriores (Cardoso, 2005).

Esse processo de reconstrução ficcionada do passado caminhou de par com as novas tendências de mudança sociopolítica no Ocidente. Assistiu-se, na fase final da "guerra fria", a processos de institucionalização, individualização, crise e fragmentação do Estado social e das economias nacionais, ao triunfo da globalização neoliberal, ao desmoronamento do modelo socialista e à implosão das utopias que, nos anos 60, animaram os movimentos sociais e estudantis. Mas, apesar de a nova realidade ter pulverizado muitos dos idealismos em torno de uma mítica "rebelião mundial" promovida pelo radicalismo da classe média estudantil dos *sixties,* a sua herança continuou a fazer história, fosse pelas sucessivas releituras que suscitou em torno de novos activismos e movimentos progressistas (feministas, pacifistas, ambientalistas, etc.), fosse pelos novos rumos que o capitalismo tomou sobretudo após o colapso soviético. Tiveram uma influência marcante quer no plano cultural, quer no plano político, contaminando os modos de vida de sucessivas gerações e as formas de acção colectiva de velhos e de novos movimentos e abrindo espaço a novas concepções, linguagens e referências ideológicas no plano social e institucional (Eagleton, 1991; Cohen e Arato, 1992; Eyerman e Jamison, 1991; Melucci, 1996; Touraine, 1985 e 2006).

Os movimentos de há quarenta anos introduziram rupturas que ainda hoje se repercutem em múltiplos domínios. Pode dizer-se que os padrões de gosto desencadeados a partir dos movimentos juvenis dos anos 60 no Ocidente – no plano estético, no vestuário, na música, nos interesses literários e intelectuais, na expressão da sexualidade, etc. – não só alteraram o quotidiano e os modos de vida das gerações seguintes como dotaram a esfera pública e política de novos contornos. A importância da chamada *crítica artística* (Boltanski e Chiapello, 2001) inseriu-se no processo de desconstrução culturalista que esses movimentos imprimiram (Eder, 1993), alterando, até certo ponto, a própria natureza do capitalismo, apesar das respostas que se seguiram – ou por causa delas – sob a acção canibalizadora das instituições e do mercado, abrindo caminho a novos valores e novas modalidades de acção colectiva, não apenas no mundo desenvolvido, mas na escala internacional (Holzmann e Padrós, 2003; Cardoso, 2005). Por outro lado, sobretudo após a queda do Muro de Berlim e o consequente colapso do império soviético, esbateram-se largamente as ideologias que durante mais de um século inspiraram os principais movimentos sociais sob formas de acção colectiva inspiradas em modelos utópicos de cariz emancipatório. No quadro deste processo, as novas tendências do

capitalismo global vêm colocando novos obstáculos e desafios à acção colectiva, esgotando, em larga medida, os "velhos" movimentos e, ao mesmo tempo, estimulando novas redes e formas mais fluidas de "alter-globalização" e de activismo no "ciberespaço" onde importantes segmentos juvenis intervêm permanentemente (Ribeiro, 2000; Santos, 2004, 2005 e 2006; Estanque, 2006).

O propósito da presente abordagem não é tanto o de uma discussão sobre os movimentos sociais e políticos da juventude estudantil, mas antes o de chamar a atenção para a dimensão cultural das atmosferas de sociabilidade dos estudantes, de onde em geral emana o seu sentido de rebeldia. Assim, começarei por apresentar uma breve reflexão sobre a construção da juventude como categoria social e as recentes tendências de incerteza e imprevisibilidade que marcam hoje as subjectividades juvenis, bem como sobre as experiências e vivências dos jovens universitários, ou alguns sectores minoritários de estudantes, associadas à boémia e que decorrem sobretudo na esfera informal do quotidiano. Procura-se, de seguida, centrar a atenção no contexto de Coimbra, com referências à tradição, às Repúblicas, à praxe académica e à luta estudantil do passado, aspectos estes que se ligam directamente às questões empíricas que serão objecto de análise na segunda parte do artigo. Com base em dois inquéritos aplicados aos estudantes da Universidade de Coimbra (UC) – o primeiro em 2000 e o último em 2006 –, apresentam-se os resultados recolhidos sobre as atitudes da actual geração acerca da praxe, tradições e festas estudantis, da actividade da Associação Académica de Coimbra (AAC), e ainda as representações e práticas relacionadas com o associativismo e as lutas estudantis do passado e do presente.

Juventude, movimentos, boémia e tradição

Desde a Revolução Industrial e ao longo da primeira modernidade, as sociedades ocidentais construíram o Estado-Nação e promoveram a organização dos mercados e economias nacionais com base na ideia de progresso e de planeamento, procurando responder à exigência de controlo do futuro e de regulação das expectativas (Beck, 2000 e 2006). O crescimento económico do pós-guerra permitiu sustentar um Estado social que favoreceu importantes transformações e conquistas sociais, mas, ao mesmo tempo que procurava programar o futuro, contribuiu, paradoxalmente, para proporcionar uma viragem de paradigma que fez emergir diversas perversões e entropias no sistema, dando lugar a novos protagonistas e movimentos anti-sistémicos que, embora clamando por um "futuro agora", acrescentavam novas incertezas que mais tarde culminaram na "crise do futuro" (Pomian, *apud* Leccardi, 2005).

Foi nesse quadro que a juventude se impôs como categoria social, intimamente associada à expansão do sistema de ensino em todos os seus níveis, incluindo o universitário. Mas, se o acesso à educação e o progressivo aumento da escolaridade levaram a um alargamento cada vez maior do período de formação e, portanto, da fase de transição para a vida adulta, tal não implicou uma absoluta homogeneidade entre os jovens. De resto, se o fenómeno juvenil mereceu inicialmente a atenção dos teóricos, assinalando os seus traços convergentes enquanto geração (Mannheim, 1952), foi, por outro lado, também sublinhada desde cedo a sua heterogeneidade, rejeitando-se, assim, a existência de uma "juventude" enquanto entidade uniforme, tendo ficado célebre a expressão de Bourdieu "la jeunesse n'est q'un mot" (1984). Quer em termos sociais mais gerais, quer no caso da juventude universitária, os pontos de aproximação ou de clivagem entre diferentes segmentos juvenis não devem, porém, ser considerados em absoluto. Dependendo do nível de análise adoptado e do próprio objecto de estudo, será sempre possível observar tanto convergências como divergências no seio de uma dada população ou numa mesma camada geracional. A própria mudança social em curso nas últimas décadas tem obrigado a rejeitar não só o critério etário – que, de resto, a sociologia sempre recusou (Pais, 1990) – mas até a ideia de "transição para a vida adulta", isto é, de um período instável associado a uma semi-dependência (ou semi-autonomia) correspondente a uma fase da trajectória evolutiva entre a família de origem e a de chegada, tem sido objecto de discussão e é hoje questionada pela maioria dos sociólogos (Pollock, 2002; Leccardi, 2005; Pais *et al.,* 2005).

É certo que, no caso particular da juventude universitária, a suposta homogeneidade pareceu facilmente sustentável, sobretudo enquanto o acesso a este nível de ensino foi exclusivo das elites. Todavia, também a análise deste segmento – especialmente com a chegada de novos contingentes de jovens das mais diversas proveniências sociais – requer novas reformulações conceptuais que permitam um melhor ajustamento ao seu carácter mais complexo e heterogéneo, antes de mais por se ter tornado desadequada a ideia de que a frequência do ensino universitário prenunciaria o acesso, no passo seguinte, a uma situação profissional cujo *status* seria compatível com o título académico "superior". Ao mesmo tempo, importa realçar que as vivências do percurso universitário são, como sempre foram, diferenciadas. Ainda que hoje se possa falar de uma universidade "massificada", continuam presentes segmentos particulares de estudantes cujas práticas, subjectividades e orientações se pautam por padrões de vida e valores alternativos, distintos da maioria (e internamente diversificados).

Para alguns sectores estudantis, não é tanto a aprendizagem adquirida nas bibliotecas e salas de aula, mas sim as experiências adquiridas fora da instituição e em torno dela, que mais claramente irrigam as suas potencialidades formativas, criativas e subversivas. É provável que as modalidades clássicas de "boémia" e "tertúlia" estejam em vias de extinção ou a sofrer profundas alterações. Mas, até pelo simbolismo que transportam, vale a pena tê-las em conta a este propósito. O estilo de vida *boémio* que floresceu em redor dos principais centros urbanos a partir do século XIX (Murger, 1888)[1] com as suas conotações com a vagabundagem, a errância, o descomprometimento e a irreverência ou, por exemplo, a cultura do *riso carnavalesco*, a imagem subversiva do *corpo grotesco,* das celebrações populares da época renascentista, projectadas na apologia da algazarra, do consumo de álcool e da promiscuidade sexual (Bakhtin, 1999)[2] ilustram alguns contornos dos ambientes estudantis que ao longo da Idade Média germinaram nas antigas "Nações", nos *pubs* e *taverns* das cidades universitárias da Europa (Moulin, 1994).

No caso de Coimbra, as Repúblicas estudantis, com as suas formas alternativas de organização, de convívio, festa e de encontro com o desconhecido deram igualmente expressão a esse modo de vida (Carreiro, 2002). Por isso, constituem uma dimensão importante da análise do universo estudantil, quer para captar formas específicas da cultura académica, quer para ajudar a traçar a diversidade de lógicas e comportamentos que compõem, ainda hoje, a população universitária da cidade.

---

[1] Henri Murger contribuiu para popularizar a noção de boémia no sentido moderno a partir da peça *Bohèmes du Quartier Latin* (1849), que mais tarde deu origem ao ensaio aqui citado (no original *Scènes da la Vie de Bohème*). Os primeiros "boémios" remontarão à Grécia clássica e referem-se a figuras famintas e erráticas, também associadas a ladrões e vagabundos, que circulavam por regiões abastadas e hospitaleiras pedindo pão, cantando e tocando lira em dedicação a Helena e à queda de Tróia. Na Paris do século XIX, o termo ganhou adesão por referência à presença de estrangeiros nómadas na cidade, aparentemente de etnia cigana, que por ela circulavam sem rumo certo e que inicialmente se julgava serem oriundos da região da Boémia (situada na actual República Checa). Por analogia, o fenómeno deu origem a um movimento que viria a contagiar diversos artistas e intelectuais da época, tais como Charles Baudelaire, Gustave Coubert, Paul Verlaine, Rimbaud, Zola, Balzac, etc. Mas, segundo Murger, em todas as eras e em diferentes ambientes sempre existiram boémios que circularam nos meios artísticos e literários. O próprio autor foi membro de um clube parisiense, autodesignado "Os bebedores de água", dada a escassez de dinheiro para consumirem vinho, a bebida tradicionalmente associada a estes meios.

[2] Os estudos deste autor inspiraram-se na obra de Rabelais que retratou sagazmente o espírito satírico e burlesco das culturas populares da Europa do século XV, olhando sobretudo o lado perverso e desconstrutivo da desordem, por oposição à moral dominante. O "corpo baixo" da impureza, da desproporção, está em oposição ao "corpo clássico", que é estético, bonito, simétrico. A cultura do carnavalesco invoca, por um lado, uma visão do mundo que remete para a possibilidade de um segundo nascimento a partir do espírito do riso e, por outro lado, enaltece a celebração festiva e a morfologia do "extra-ordinário" da cultura que corrói as instituições (Bakhtin, 1999).

É evidente nos dias que correm a enorme diversidade social entre a população universitária, inscrevendo-se a sua recomposição num processo de redefinição da estratificação social dos estudantes, dada a presença crescente de filhos das classes trabalhadoras e o aumento da oferta (e procura) dos cursos de pós-graduação (Machado *et al.,* 2003; Estanque e Nunes, 2003). Uma redefinição que acompanha as actuais tendências de fluidez e de imprevisibilidade, inscrevendo-se, portanto, a vivência do presente em percursos e trajectórias pessoais cada vez mais incertos (Nowotny, 1994; Leccardi, 2005). A própria ideia de projecto como antecipação de um futuro distante parece deparar-se com lógicas e subjectividades que a recusam, aparentemente por se inserirem em biografias de novo tipo, desvinculadas da noção de projecto e marcadas pela experimentação e pelo nomadismo. Segundo A. Melucci, os "nómadas do presente" não perseguem um objectivo, antes avançam envoltos no provisório, rodeando lugares não conectados, passando por estações singulares das suas biografias e experimentando sucessivas aplicações de recursos e talentos em que o sucesso possível depende mais da própria mobilidade e procura do que da acomodação a uma meta previamente estabelecida (Melucci, 1998; Bauman e Tester, 2001).

Numa época de riscos globais, como a presente, a incerteza ganhou um alcance universal e, por isso, deixou de ser entendida como governável a partir de uma qualquer racionalidade instrumental (Leccardi e Ruspini, 2005). A colonização do futuro projectado pelo presente, como se de um destino imponente se tratasse, tornou-se, nos planos individual, político e social num cenário pintado de tintas foscas. Uma ideia de futuro que a actual juventude, ao contrário das gerações precedentes, não consegue antever nem porventura deseja perscrutar . Porque a construção subjectiva do futuro, alimentada por experiências – próprias ou alheias – de frustração e descompensação, além de contornos obscuros e indefinidos, é rodeada de sentimentos difusos de alarme e de insegurança. Onde os "novos" movimentos sociais dos anos 60 e 70 viam a possibilidade de uma "terra prometida", as sociabilidades estudantis de inícios do século XXI desenham-se sob horizontes sombrios. As viragens ainda em curso no sistema universitário, na esfera política e no campo do emprego estão a marcar profundamente a actual geração, acentuando essas perplexidades.

As tendências de fragmentação, de individualização e desligamento social, de diluição dos velhos laços colectivos, da comunidade, da família, etc., recolocam em novos moldes o processo – hoje amplamente aceite – de prolongamento do estatuto de "jovem", e consequente adiamento ou talvez recusa da condição de "adulto". Perante o panorama geral de divórcio dos cidadãos face ao sistema político democrático e de relativo esvaziamento

da esfera pública, as possibilidades de ancoragem e de partilha colectiva das experiências vividas pelos jovens ao longo das suas trajectórias (em espaços de sociabilidade e estruturas organizadas, incluindo as instituições sociais e políticas) vêem-se, assim, fortemente constrangidas. Por outro lado, quer as trajectórias fragmentadas, quer as metamorfoses que têm atingido os sistemas de emprego, têm igualmente condicionado o aparente distanciamento dos jovens em relação aos movimentos sociais e associativos. As transições múltiplas deixaram de ser uma sucessão linear de etapas até à vida adulta, podendo as trajectórias biográficas tornar-se reversíveis, e em larga medida aleatórias, com milhares de jovens deambulando num vai-e-vem entre o sistema de ensino e o emprego ou "biscate" precário, numa espécie de "geração yô yô", como notou J. Machado Pais (1998, 2001; Pais *et al.,* 2005).

Nestas circunstâncias, aquilo que comummente é tomado por individualismo, ainda que objectivamente se constate o afastamento ou indiferença dos jovens perante a acção política e associativa, não pode deixar de ser situado no seu devido contexto. A erosão de diversos marcos de referência que prevaleciam em gerações passadas, tanto na relação familiar e no percurso escolar como nos processos de socialização política, repercutiu-se, naturalmente, no plano cultural e ideológico que no passado não muito longínquo serviram de fio condutor a diversos sectores estudantis, mais ou menos politizados, mais ou menos familiarizados com os meios culturais e as atmosferas de rebeldia académica (Bebiano e Cruzeiro, 2006; Estanque e Bebiano, 2007; Cardina, 2008).

Coimbra – a tradição, a irreverência e as Repúblicas

Com mais de 700 anos de história, a Universidade de Coimbra (UC) foi, à semelhança de outras universidades europeias, uma instituição fundamental na formação das elites politicas, culturais e intelectuais do país. Para além dos conhecimentos transmitidos e da importância formal dos títulos académicos, a frequência da mais antiga e prestigiada universidade do país era, por si só, um garante de prerrogativas distintivas e de um elevado *status.* O peso da história juntamente com a estreita imbricação da universidade na cidade – e a projecção desta como cidade universitária – contribuíram para construir ao longo do tempo uma identidade particular, fortemente devedora da presença estudantil e do saber académico. Seria redundante recordar aqui os atributos históricos que fizeram da "Lusa Atenas" uma das cidades mais glorificadas e cantadas por poetas e escritores de todas as épocas. Camões, Garrett, Antero e Eça são apenas alguns dos nomes que nela deixaram as suas marcas, e que dão sentido à afirmação de Miguel Torga de que "não houve no nosso país revolução política ou movi-

mento cultural que não encontrasse entre os estudantes de Coimbra apoio ou reflexo" (*apud* Fortuna e Peixoto, 2002: 28). Apesar de a relação entre a cidade e a universidade nem sempre ter sido fácil – inclusive com momentos de grande tensão como aconteceu na sequência da destruição da "Alta" pelo governo de Salazar para nela instalar a "nova" universidade (Torgal, 1999) –, a cidade continua a ver-se a si própria como "centro universitário" e os seus elementos identitários e representativos permanecem "intimamente ligados à mesma fonte: a Universidade" (Fortuna e Peixoto, 2002: 29).

O imaginário das gerações que nos últimos anos passaram pela UC é, sem dúvida, povoado por valores e preocupações que nada têm a ver com as lutas dos anos 60. Se estas experiências de activismo político já podem hoje ser incorporadas na própria "tradição" da academia local, dir-se-ia que elas foram nas últimas décadas remetidas para segundo plano, enquanto a tradição ritualista e festiva, cujas raízes se situam num passado bem mais longínquo, ressurgiram com novo vigor após o interregno que lhes foi imposto na sequencia das lutas académicas daquele período. Pode pensar-se que a irreverência política com que são conotados os movimentos estudantis choca com o ritualismo das tradições académicas gerado num passado mais distante, sobretudo quando a universidade era um feudo exclusivo das elites. A história da Universidade de Coimbra é bem um exemplo de como uma tradição ritualista, reprodutora de hierarquias bem vincadas e de critérios selectivos fortemente elitistas pode conviver com formas de conduta e modos de vida marcados pela rebeldia e sentido transgressivo.[3]

O estilo de vida "boémio" aplica-se sem dúvida ao meio estudantil de Coimbra, onde nunca faltaram exemplos e condições de florescimento de tais atmosferas, em especial devido à presença dos estudantes. Ao longo do século XIX, sob o efeito das tendências europeias, as ideias progressistas e o debate público, se bem que muito circunscrito, tiveram algum eco no meio estudantil (Lima, 1906)[4]. Diversos grupos reunidos regularmente em

[3] Deve, porém, reconhecer-se que os processos de mudança das últimas décadas têm evidenciado uma crescente adaptação do ritualismo festivo aos ditames do mercantilismo consumista, com o correspondente afastamento ou indiferença da maioria dos estudantes relativamente ao sentido de contestação colectiva de outras épocas. Mesmo a última onda de protestos com algum significado, a luta "anti-propinas" dos anos 90, já denunciava essa tendência, tendo ficado claro o relativo isolamento entre os sectores mais activos – notoriamente minoritários – e a generalidade da massa estudantil (Drago, 2004).

[4] Esta monografia, de há cerca de 100 anos, mostra como a Coimbra da época era recordada, não apenas pela universidade mas por tudo aquilo que a rodeia e, sobretudo, pela sua boémia e as suas tabernas, pela "lírica do choupal, a floresta divina, a paisagem vasta e melancólica do Penedo da Saudade, o horizonte largo e os ambientes rústicos e verdejantes do Penedo da Meditação, as ceias da Tia Camela, os debates e récitas do extinto Teatro Académico, a Lapa dos Esteios, o Magrinho e os seus acepipes em cubículos de lona, e as iscas inexcedidas do inexcedível Julião..." (Lima, 1906).

cafés, tabernas e ambientes de "tertúlia" – contagiados pelos ideais republicanos e socialistas – travaram animados debates sobre os problemas da universidade e do país, estimulados pelo espírito crítico e progressista, perseguindo a ideia de modernidade que grassava na Europa de então e que a academia e o poder dos "lentes" rejeitavam[5]. Algumas figuras populares de épocas distintas – como o Agostinho Antunes, o Pantaleão, o Pad Zé, o Castelão de Almeida, o Taxeira, entre outros – tornaram-se lendárias precisamente devido à sua proximidade com o meio estudantil, sendo de certo modo apropriados e erigidos em ícones dessa "academia paralela" que animava os ambientes boémios e contestatários de Coimbra (Duarte, 2000). As "tertúlias" em cafés, tabernas e bordéis permitiam todo o tipo de misturas, incluindo diversas formas de expressão artística e musical, onde as baladas e o dedilhar de uma guitarra animavam ambientes de excesso, de consumo de álcool e de intercâmbio sexual. Mas, embora sendo espaços interclassistas, de diversidade e de encontro, eram restritos a um mundo masculino e marcado pela virilidade.

Embora as tradições incluídas na chamada *praxe* académica[6] revelem outro tipo de contornos, ela assume-se no contexto de Coimbra não só como uma importante dimensão da construção identitária do corpo estudantil, mas inclusive participa igualmente na estruturação das culturas de irreverência que acabo de referir. Se é certo que a relação entre a praxe, ou melhor, entre a atitude "praxista" e o activismo cívico tem sido nos últimos tempos marcada por alguma tensão e conflito, ela foi também de complementaridade ao longo da história da academia (voltarei a este ponto mais adiante). Convém, por outro lado, não esquecer a componente lúdica, festiva e consumista que está contida nas iniciativas académicas. A "Festa das Latas" (conhecida por "Latada") e a "Queima das Fitas"[7] (em espe-

---

[5] Foi neste ambiente que surgiram figuras de renome dos meios intelectuais portugueses. Alguns deles como Antero de Quental, José Fontana, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Eça de Queirós, entres outros, integraram a chamada "geração de 70", que colocou em causa os paradigmas de conhecimento que dominavam a universidade (cf. a chamada *Questão Coimbrã*), criticando abertamente a situação de atraso do país, discutindo e questionando inúmeros assuntos, da literatura à ciência e à política, quer no contexto de Coimbra, quer mais tarde em Lisboa com as Conferências do Casino, com as quais chamaram a atenção do país.

[6] Em sentido lato, o termo refere-se a todo o tipo de práticas e costumes que integram a tradição académica. Porém, no seu uso comum é acima de tudo conotado com os rituais de iniciação, incluindo as brincadeiras, jogos, castigos (mais ou menos violentos e humilhantes) aplicados aos caloiros (novatos, recém-chegados) pelos estudantes mais velhos. Ver abaixo as notas 8 e 9, sobre a questão da violência em torno da praxe e as controvérsias que ela tem suscitado.

[7] Estes eventos incluem cada um deles um desfile de carros alegóricos, devidamente decorados com cores e motivos previamente preparados pelos estudantes das diferentes faculdades e cursos. No primeiro caso, trata-se de uma exibição pública dos novatos – ou "caloiros" – que marcham a pé arrastando um conjunto de latas amarradas às pernas, em geral "atrelados" ao respectivo

cial esta última) constituem momentos altos de excitação colectiva e adesão da massa estudantil. Caracterizadas nos últimos anos pela crescente força dos investimentos e interesses comerciais e pelo consumo excessivo de cerveja por parte dos jovens universitários, estas festas – que se prolongam por uma semana, no caso da "Queima" – mobilizam milhares de jovens, muitos vindos de fora, e a generalidade dos estudantes de Coimbra, que a elas se dedicam intensamente.

É neste contexto que tanto os movimentos e protestos como a indiferença da juventude universitária de Coimbra deverão ser pensados na sua relação com o ritualismo e a tradição. A afirmação da identidade local – composta de múltiplos cruzamentos e ambivalências entre "universidade", "academia" e "cidade" – é, ela própria, constantemente readaptada através da permanente releitura e reconstrução do seu tradicionalismo e da sua história. Assim, as festas estudantis, o uso do traje e a *praxe académica*[8] inscrevem-se

"padrinho" (um estudante mais "velho", ou seja, com estatuto superior na hierarquia do código da praxe e supostamente o seu protector) e exibindo um aspecto ridículo, com pinturas na cara, chupetas na boca ou penicos na cabeça. A "parada" decorre no início de cada ano lectivo, depois da semana de "recepção ao caloiro", coincidindo com o período mais intenso de aplicação dos rituais praxistas. A Queima das Fitas tem lugar no início de Maio e inclui um conjunto de rituais como a dita "queima" das fitas (que são coloridas com as cores próprias de cada faculdade e fazem parte do traje académico, sendo usadas juntamente com a pasta preta) que são então substituídas pelo "grelo" (fitas entrançadas), que passa a ser usado exclusivamente pelos estudantes que entram no último ano, os chamados "finalistas". Ao longo de uma semana de duração ocorrem diversas iniciativas, tais como o próprio desfile de carros, o baile de gala, a garraiada e uma sucessão de concertos musicais – que actualmente decorrem num local próprio designado por "queimódromo" –, em que cada um dos dias é dedicado a uma faculdade, isto entre diversas outras actividades de natureza lúdica, cultural ou desportiva.

[8] No artigo 1º do Código da Praxe, esta é definida como "o conjunto de usos e costumes tradicionalmente existentes entre os estudantes da Universidade de Coimbra e os que forem decretados pelo Conselho de Veteranos". Mas uma definição tão vaga exige algum complemento. Tratando-se de um fenómeno de grande actualidade e objecto de tantas controvérsias, veja-se, a título de exemplo, três visões distintas da praxe coimbrã (pelos próprios estudantes): *1) visão tradicional* – "A Praxe Académica é um conjunto de tradições geradas entre estudantes universitários e que há séculos vêm a ser transmitidas de geração em geração. É um *modus vivendi* característico dos estudantes e que enriquece a cultura lusitana com tradições criadas e desenvolvidas pelos que nos antecederam no uso da Capa e Batina. A Praxe Académica é cultura herdada que nos compete a nós preservar e transmitir às próximas gerações. É preciso não esquecer o verdadeiro propósito e filosofia da Praxe Académica. Esta serve para ajudar o recém-chegado a integrar-se no ambiente universitário, a criar amizades e a desenvolver laços de sólida camaradagem. É através da Praxe que o estudante desenvolve um profundo amor e orgulho pela instituição que frequenta, a sua segunda casa. Mas ela também ajuda o indivíduo a preparar-se para a futura vida profissional. Através das várias 'missões impossíveis' que o praxado tem de desempenhar, este vai-se tornando cada vez mais desinibido, habituando-se a improvisar em situações para as quais não estava preparado. A função educativa também está presente na Praxe Académica. A sanção de rapar um caloiro quando apanhado na rua a partir de certas horas tem origem na intenção de o obrigar a estudar" (http://pwp.netcabo.pt/qvidpraxis/praxe.html); *2) visão crítica* – "A praxe tem-se vindo a desenvolver e a crescer sem controlo ou limite […], em que já ninguém sabe como agir para retomar a 'boa e velha praxe'. […] O aluno caloiro suporta a praxe porque tem a ideia de que num futuro próximo vai

naturalmente na identidade da academia e na sua história. A aura de prestígio da universidade e a centralidade que ocupou na sociedade portuguesa ao longo dos tempos não são alheias à sua estreita ligação ao poder eclesiástico, que a fundou e durante séculos a controlou. O poder académico promoveu um conjunto de códigos e rituais tendentes a afirmar e reproduzir o estatuto de superioridade instituído pelo saber legítimo. Nessa medida, a simbologia distintiva que os estudantes reproduzem através dos seus inúmeros códigos, ritos e provas aplicadas aos mais novos é alimentada pela instituição através dos seus próprios rituais de passagem que marcam os momentos de transição entre as diferentes etapas da carreira académica. Além de celebrações públicas, assumem-se como actos de "sacralização" e ostentação, vincando desse modo as hierarquias de poder (Frias, 2003).

O traje académico, com os seus diferentes adornos, cores, insígnias, mas também os títulos, os anéis de curso, a existência de padrinhos e tutores, etc., funcionam também como elementos classificativos e códigos de conduta que impõem diversas formas de demarcação social. A hierarquia e a necessidade de exibi-la simbolizaram ao longo da história a imagem dos sectores privilegiados da sociedade e, por consequência, de dominação sobre os que deles dependem. A *praxe* aplicada aos novatos tem sido repetidamente objecto de controvérsia, sobretudo devido à violência que a acompanhou através dos tempos.[9] E justamente porque continua hoje a ser um tema con-

---

poder exercer esse mesmo 'poder' [...], é tudo uma questão de poder psicológico, o aluno mais velho sente e pensa que é mais que os novos alunos, pensa que é mais importante, e é através dessa exposição de força e poder que mostra aos outros o quanto ele vale no acto de praxar. Havia antigamente um costume na praxe em que o caloiro tinha de ir arrumar a casa dos 'doutores', mas esse gesto foi tão criticado que hoje em dia é proibido nos códigos de praxe. As queixas de hoje são diferentes das queixas do passado, mas o que se verifica é que só mudaram os motivos pelos quais se queixa porque de resto continuam a queixar-se"; *3) visão moderada* – "A Praxe não pode nunca ser sinónimo de humilhação ou de actos de violência barata levados a cabo por uns quantos frustrados que não sabem o que são as tradições académicas e só usam um traje para se pavonearem na esperança de serem notados. São indivíduos destes os responsáveis pelo actual estado moribundo da verdadeira Praxe Académica", (http://www.regiaocentro.net/lugares/coimbra/praxe/default.asp). E ainda, na mesma linha "Nós [universitários] somos adultos, mas isso não quer dizer que tenhamos que ser apáticos, sem vida. Temos que manter a jovialidade e o espírito criativo que as crianças e os adolescentes por natureza possuem, mas, claro está, com a responsabilidade e com a ponderação que a nossa idade impõe. A praxe coimbrã é a única no país verdadeiramente democrática e regulamentada, com direitos e deveres a terem de ser respeitados por todos. Quem não concordar com ela, tem o direito a escolher se se submete ou não. Declarando-se anti-praxe, o estudante perde alguns direitos, mas não é ostracizado, não fica isolado dos seus colegas, nem perde a oportunidade de fazer amigos. Submetendo-se à praxe, o caloiro integra-se muito mais depressa na vida de Coimbra e na sua nova etapa como estudante universitário" (http://adsl.tvtel.pt/antipodas/txt-praxe.htm#aac).

[9] A componente de violência sempre foi acompanhada de contestação dos "abusos". Assim, por exemplo, os castigos sobre os mais novos, à mistura com brigas por questões de honra e hierarquia, com os canelões e as investidas, acções que eram praticadas em Coimbra já no século XVIII, deram

troverso, interessa perceber as suas contradições a fim de compreender os posicionamentos da população estudantil em relação às actividades da praxe (o que adiante procurarei mostrar). Assim, os julgamentos, as trupes, os rapanços, as touradas, onde os novatos eram o alvo da chacota, foram constantemente recriados e reinvestidos de lógicas próprias de cada contexto histórico. De resto, como lembra A. Frias (2003), tais práticas não são historicamente um exclusivo da universidade e dos colégios de ensino superior, antes fizeram parte da instituição escolar no seu conjunto, onde as colectividades jovens, celibatárias e masculinas promoviam e recriavam os seus códigos de conduta, submetendo os mais novos e recém-chegados à autoridade dos mais velhos. Acresce que a violência foi, ao longo de muito tempo e sob diversas formas – como o uso da régua, da colher de pau ou do ponteiro – considerada como um ingrediente fundamental da educação e da instituição escolar no seu todo, ou seja, educação, civilidade, vigilância e disciplina estão intimamente ligados (Foucault, 1977; Caron, 1999; Elias, 1989).

As casas comunitárias de habitação estudantil – as conhecidas Repúblicas[10] – constituem espaços de convívio e formas particulares de autogestão que, não obstante o escasso número de estudantes que albergam e de estarem hoje em dia a sofrer uma crise de procura, pela sua história e significado mereceram ser contempladas no estudo que dá suporte empírico ao presente texto. Em diversos momentos de maior intensidade das lutas académicas, elas tiveram um papel preponderante e, como se mostrará adiante, continuam a ser um segmento que, apesar de minoritário, se mostra particularmente activo e politizado, contrastando com a restante massa estudantil. Enquanto lugares de informalidade e de partilha comunitária por parte de jovens com instrução superior, elas terão propiciado a germinação, em diferentes épocas, de sentimentos de rebeldia e ideais de mudança e de progresso, em ruptura com as convenções vigentes e os poderes oficiais.

Embora actualmente os estudantes "repúblicos" revelem, como mostrarei abaixo, uma atitude crítica em relação ao exercício da praxe – e às próprias estruturas do associativismo estudantil –, os seus códigos de conduta

---

lugar a alguns tumultos e vozes críticas contra os que incomodavam os *novatos,* levando, por exemplo, o rei D. João V a decretar em 1727 a suspensão desses rituais, devido a mortais investidas contra os novatos perante a quase impunidade dos universitários: "Hey por bem e mando que todo e qualquer estudante que por obra ou palavra ofender a outros com o pretexto de novato, ainda que seja levemente, lhe sejam riscados os cursos" (Lamy, 1990).

[10] Estas residências têm uma origem remota e difícil de situar com exactidão, mas supõe-se que as primeiras casas destinadas a ser ocupadas por grupos de estudantes terão sido construídas no início do século XIV pelo rei D. Dinis na zona de Almedina (Carreiro, 2002). Uma medida que deverá ter alguma relação com a existência das "Nações", igualmente residências colectivas de estudantes (e, em alguns casos, também dos seus mestres) que proliferaram na Idade Média pelos pólos universitários europeus (Moulin, 1994).

e regras internas incluem também formas e ritos iniciáticos de cariz praxista, se bem que hoje com menor intensidade do que no passado.[11] Ao longo do período salazarista, as Repúblicas, além de participarem activamente nas festividades e tradições estudantis, tiveram um papel decisivo nas lutas académicas. O clima de festa e de "boémia" conjugou-se durante décadas com as actividades da *praxe* e a intervenção contestatária. Durante a década de 60 e em especial no período de viragem que ficou conhecido como "crise académica de 69", os principais activistas e líderes do movimento estudantil residiam em Repúblicas, tendo as suas paredes abrigado inúmeras reuniões clandestinas e iniciativas conspirativas e de resistência à política educativa e ao regime repressivo de Salazar. O Conselho de Repúblicas (CR) foi, nessa época, particularmente activo na intervenção política, tanto no plano associativo local, integrando e promovendo listas que chegaram a vencer eleições para a Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra (AAC), como no âmbito político mais geral da luta contra o Estado Novo (Cruzeiro, 1989; Namorado, 1989; Garrido, 1996; Bebiano, 2003; Bebiano e Cruzeiro, 2006).

Com a "crise" de 1969, e sobretudo após o 17 de Abril desse ano (momento culminante da contestação em Coimbra), perante a greve estudantil e o encerramento da Universidade, dado o contexto da repressão que então foi exercida contra os dirigentes associativos e os estudantes, o Conselho de Repúblicas (CR) decretou o luto académico – que se traduziu na interrupção das festas estudantis e do uso da capa e batina –, como forma de protesto contra o regime, decisão que formalmente não foi revogada até hoje. A tradição académica foi então abandonada pela maioria dos estudantes universitários. O período de excepcional activismo que se seguiu ao

[11] As Repúblicas e os seus ocupantes são actualmente conotados (pelo menos no imaginário do estudante comum) com uma certa imagem 'intelectual', e também de "irresponsabilidade", onde é frequente o consumo de drogas e de álcool e onde os estudantes supostamente se divertem muito mas estudam pouco. Este rótulo de "marginalidade" que tem sido atribuído aos "repúblicos" obedece, sem dúvida, a um estereótipo bastante redutor da realidade. Como diante se verá, estas casas tiveram um importante papel na cultura académica de Coimbra – nomeadamente no contexto das lutas estudantis dos anos 60 –, e procuram preservar a sua identidade forjada ao longo de gerações. Organizam anualmente os seus aniversários, conhecidos como "centenários", nos quais são convidados a participar todos os antigos membros que passaram pela respectiva República. Os seus nomes, em geral envoltos numa carga irónica ou mesmo política, deixam antever um pouco destas colectividades estudantis: Real república dos Kágados; Real República Rapó-Taxo; Prá-Ky-Estão; Boa-Bay-Ela; Real República Baco; Ay-Ó-Linda; Real República dos Pyn-Guyns; Rosa Luxemburgo; Ninho dos Matulões; Real República Rás-te-Parta; Real República Spreit' Ó Furo; Real República Palácio da Loucura; Real República Trunfé Kopos; etc. Nos últimos anos, a procura destas casas por parte dos estudantes tem diminuído e o 'movimento' geral das repúblicas tem vindo a perder impacto na academia; mas, por outro lado, como adiante se mostrará, é entre este segmento que parece mais forte a consciência crítica e a vontade de participação na esfera associativa.

25 de Abril de 1974 continuou a rejeitar a recuperação dos velhos rituais por serem então conotados com o regime deposto. Só no início dos anos 1980 a praxe e as festas académicas de Coimbra começaram a ser reactivadas, aliás num clima de grandes contradições político-ideológicas e de alguma conflitualidade. Apesar disso, os rituais académicos – em especial o cortejo da Queima das Fitas e a Festa das Latas – foram plenamente relançados no início dos anos 80 do século passado.

Porém, os estudantes residentes nas Repúblicas e o próprio CR mantiveram (regra geral) uma posição de recusa do chamado "espírito praxista", apesar de algumas delas terem aos poucos adoptado uma atitude mais complacente e tolerante perante a praxe. Importa, portanto, sublinhar que, tal como a população estudantil se caracteriza pela sua pluralidade, também o universo das Repúblicas é plural e heterogéneo. Existem actualmente Repúblicas abertamente anti-praxe; outras que não permitem a praxe, mas admitem que os seus membros a façam no exterior da casa e aceitam o uso do traje académico; outras que não tomam posição sobre o tema, dando liberdade aos seus membros; e existem ainda aquelas onde se segue escrupulosamente a tradição académica.

Antes ainda de apresentar e analisar os resultados do inquérito aplicado aos estudantes, vale a pena uma breve nota sobre a questão feminina. Na verdade, a presença hoje francamente maioritária de mulheres entre a população universitária parece evidenciar cada vez mais o claro contraste entre essa realidade e a predominância de um universo estudantil onde continua a prevalecer, em todos os domínios da vida académica, a força do poder masculino. Isto, apesar de Coimbra e a sua universidade terem sido palco de importantes debates em torno do fenómeno, ou seja, de ter sido aqui desencadeado um dos primeiros movimentos de questionamento do lugar da mulher na sociedade, com a publicação no jornal académico *Via Latina,* em 1961, da "Carta a uma jovem portuguesa", um texto anónimo que transcendeu o meio estudantil e o âmbito local. Apesar de o peso demográfico das raparigas ter vindo a crescer de forma constante desde meados do século XX[12] e da importância de figuras femininas entre os grupos de activistas dos anos 60, a presença de mulheres nos lugares dirigentes das estruturas associativas tem sido escassa e na generalidade dos casos, mesmo quando elas estão presentes, continuam a ser os rapazes a monopolizar o protagonismo. Por outro lado, nos rituais académicos e nas práticas da praxe persistem os códigos, as linguagens e os comportamen-

[12] Desde a década de 1950, a presença de raparigas na UC aumentou de 29% no ano de 1951-1952, para 40% em 1961-1962, tendo atingido os 45% em 1968-1969 e os 50% em 1973-1974. Em 2004-2005, o peso das mulheres situou-se nos 54,4% (Estanque e Bebiano, 2007: 50 e 95).

tos marcados pela mesma masculinidade herdada do passado, sendo raros os exemplos de resistência e de denúncia dessa mesma lógica, de resto reproduzida e alimentada de igual modo por rapazes e raparigas.

Atitudes estudantis perante a praxe e os rituais académicos

É à luz destas preocupações que se analisam aqui alguns aspectos do ritualismo estudantil ligados à Universidade de Coimbra – como é o caso da *praxe académica* e das festas da Latada e a Queima das Fitas –, bem como um variado conjunto de atitudes, práticas, níveis de participação associativa e orientações subjectivas dos estudantes perante a Universidade e o activismo cívico e associativo na actualidade.[13]

Como pode observar-se no Quadro 1, é notória a clivagem entre os estudantes "repúblicos" e os restantes, no que se refere à importância das festas estudantis, sendo clara a menor valorização dos diversos rituais académicos por parte dos estudantes das Repúblicas. Entre estes, as percentagens mais elevadas de importância são atribuídas às actividades mais mediatizadas e que se tornaram as principais bandeiras das festas académicas, tais como as *Noites do Parque*, *Cortejo da Latada* e o *Cortejo da Queima das Fitas*. Mas, mesmo quanto a estes itens, os "repúblicos" atribuem-lhes cerca de metade da importância que lhes reconhecem os restantes estudantes da UC, enquanto às demais rubricas é atribuída uma importância bem mais modesta.

QUADRO 1 – Importância atribuída às festas e rituais académicos (%)*

Festas/Rituais	Repúblicas	Outros	Total
Bênção das Pastas	8,6	56,9	55,9
Praxe Académica aos Caloiros	20,6	44,8	44,3
Garraiada	8,6	20,5	20,3
Noites do Parque	31,0	62,6	62,0
Cortejo da Latada	34,5	66,0	65,4
Cortejo da Queima das Fitas	36,2	79,5	78,5
Queima do Grelo	8,6	56,3	55,4
Seguir no Carro no Cortejo	15,5	60,4	59,5
Baile de Gala	6,9	34,5	34,0
Viagem de Finalistas	12,1	51,1	50,2
Usar o Traje Académico	14,1	72,9	71,7

* Estas percentagens somam as respostas assinaladas nas colunas 4 e 5 (na escala de 1 a 5, em que 1 = nada importante e 5 = muito importante).
Fonte: Inquérito aos estudantes da Universidade de Coimbra (Estanque e Bebiano, 2007)

[13] A análise baseia-se nos dados recolhidos através de um questionário aos estudantes da UC a partir de uma amostra de 2.862 indivíduos.

Nas opiniões sobre a praxe aplicada aos caloiros, destacam-se os escassos 20,6% dos "repúblicos" que a assinalaram como importante, contra 44,8% da restante população estudantil. Mas os maiores contrastes situam-se em torno das questões mais abertamente conotadas com a solenidade dos rituais. É o caso da bênção das pastas (8,6% contra 56,9%), do baile de gala (6,9% contra 34,5%) e do uso do traje académico (14,1% contra 72,9%). Isto é bem revelador do distanciamento destes estudantes em relação aos seus colegas e exprime, desde logo, a presença de esquemas mentais divergentes e de atitudes de demarcação face ao significado destas tradições.

Relativamente às atitudes acerca da praxe, podem igualmente observar-se (Quadro 2) evidentes contrastes entre a população estudantil mais geral e aqueles que vivem nas Repúblicas. Em primeiro lugar, destaca-se a afirmação mais assinalada segundo a qual, a praxe *deve ser facultativa e respeitar quem não quiser aderir* (56,9% "repúblicos"/Rs contra 72,1% dos outros estudantes/outrs). No mesmo sentido vai a segunda afirmação mais assinalada, segundo a qual a praxe *deve repudiar qualquer forma de violência física ou simbólica* (44,8% Rs, 67,8% outrs), tal como a terceira: *deve ser revista de forma a receber melhor os novos alunos*, que recolhe apenas 22,4% de adesão da parte dos estudantes das Repúblicas contra 52,1% dos restantes. Como já se observou no quadro anterior, existe entre este sector dos estudantes uma perspectiva mais crítica e de menor valorização dos rituais académicos.

QUADRO 2 – Atitudes perante a praxe académica (%)*

Opinião sobre a praxe	Repúblicas	Outros	Total
Deve-se manter tal como está	6,9	15,1	15,0
Deve ser revista no sentido da não discriminação entre homens e mulheres	13,8	18,4	18,3
Deve ser revista de forma a receber melhor os novos alunos	22,4	52,1	51,5
Deve ser completamente abolida, pois é uma violência	39,7	2,6	3,3
Deve ser limitada aos cerimoniais académicos	10,3	7,9	8,0
Deve ser rigorosamente aplicada de acordo com o Código da Praxe	6,9	28,3	27,8
Deve repudiar qualquer forma de violência física ou simbólica	44,8	67,8	67,3
Deve ser facultativa e respeitar quem não quiser aderir	56,9	72,1	71,8

* Estas respostas correspondem às respostas (não exclusivas) assinaladas pelos inquiridos, em que se lhes pedia que indicassem um máximo de 3 afirmações com as quais mais concordavam.

Embora estes últimos resultados possam parecer contraditórios com essa ideia – já que os valores nestas três rubricas são relativamente mais baixos –, tal não se deve a um menor sentido crítico em relação à praxe. Pelo contrário, uma percentagem significativa de "repúblicos" assinalou a afirmação mais radical da lista apresentada, segundo a qual a praxe *deve ser completamente abolida, pois é uma violência*, recolhendo aí 39,7% face a uns ínfimos 2,6% do restante universo estudantil. Por seu lado, a ideia de que a mesma *deve manter-se como está* revela a concordância de apenas 6,9% dos "repúblicos", contra 15,1% dos restantes e, finalmente, a afirmação de que a praxe *deve ser rigorosamente aplicada de acordo com o Código da Praxe*[14] também revela um claro contraste entre ambas as amostras, ou seja, apenas 6,9% da população das Repúblicas contra 28,3% dos outros estudantes, o que mostra bem o alheamento deste sector em relação ao próprio código da praxe.

Orientações perante a vida em sociedade

As orientações perante a vida social e pessoal são aqui abordadas recorrendo a uma tipologia que já foi utilizada em estudos anteriores sobre as atitudes estudantis (Machado *et al.,* 1990; Estanque e Nunes, 2003). Este modelo fundamenta-se teoricamente na combinação de quatro princípios ou orientações subjectivas que podem articular-se de diferentes modos, segundo dois eixos: no primeiro, contrapõem-se o princípio do investimento no indivíduo *versus* investimento no colectivo; e, no segundo, contrapõem-se o princípio do investimento no dia-a-dia *versus* o investimento no longo ou médio prazo.[15]

---

[14] O regulamento que estabelece as condições, limites e regras de aplicação das obrigações a que os caloiros (ou novatos) devem submeter-se perante os mais velhos, segundo a hierarquia ou "estatuto" de cada um: bichos (estudantes do ensino secundário), pára-quedistas (candidatos que ainda não ingressaram), pastranos, caloiros, semi-putos, quartanistas, quintanistas e veteranos (http://praxenao.no.sapo.pt/menucombi.htm). O "Conselho de Veteranos", composto pelos estudantes veteranos (os que possuem um número de matrículas superior ao número de anos de duração do respectivo curso), é o órgão responsável pela aplicação correcta do código. Refira-se que essa aplicação "correcta" (supostamente dentro dos limites que impeçam práticas abusivas de violência sobre os caloiros) jamais é cumprida, como reconhecem os próprios "veteranos", a começar pela autoridade máxima daquele conselho, o *Dux Veteranorum* (actualmente um "estudante" com cerca de 40 anos de idade, mas que nunca concluiu o curso, o requisito para conservar aquele estatuto). Esta situação, bem como o próprio código da praxe, são actualmente objecto de discussão com vista a sua adaptação em face das mudanças introduzidas pela nova legislação, na sequência do Processo de Bolonha (nomeadamente a redução do número de anos dos cursos).

[15] Uma vez cruzadas, estas dimensões dão lugar a quatro orientações subjectivas perante a vida e a sociedade: 1) um modelo de *quotidiano autocentrado,* ou seja, um modelo que dá primazia ao quotidiano e aos interesses individuais; 2) um modelo *de projecto sociocentrado,* ou seja, um modelo centrado num projecto futuro, com primazia do envolvimento social e do interesse colectivo; 3) um modelo de *projecto autocentrado,* ou seja, um modelo centrado num projecto futuro, com primazia do interesse individual; 4) um modelo de *quotidiano sociocentrado,* ou seja, um modelo que dá primazia ao quotidiano com envolvência social e colectiva.

No Quadro 3, abaixo, são comparados os resultados de dois questionários (o primeiro realizado em 2000, e o segundo em 2006), o que nos permite observar diversas evoluções no campo nas orientações subjectivas dos estudantes ao longo desse período. Em primeiro lugar, fica claro que as atitudes estudantis se reorientam hoje mais num sentido individualista do que seis anos antes. Isto é, enquanto em 2000 a maioria dos inquiridos revelou uma preferência pelas opções sociocentradas, fosse no quotidiano (33,3%) fosse no projecto (32,7%), na actualidade, essas tendências surgem em parte invertidas. Em geral, os resultados de 2006 continuam a revelar uma ligeira maioria de respostas de orientação "sociocentrada" (50,2%, somando as variantes "projecto" e "quotidiano") sobre as de orientação "autocentrada" (que somam 49,8%), se bem que agora haja um quase equilíbrio em comparação com os resultados anteriores, que revelaram um claro desequilíbrio a favor das opções "sociocentradas" (66% contra 34%). De facto, no último inquérito aumentaram significativamente as opções conotadas com atitudes autocentradas, seja na vertente "projecto" (35,7% em 2006 contra 24,7% em 2000), seja na vertente "quotidiano" (14% em 2006 contra 9,4% em 2000). No entanto, o *projecto sociocentrado* surge na actual geração como o segundo item mais escolhido (28,1%), logo a seguir ao *projecto autocentrado* que é o primeiro (35,7%), aparecendo em terceiro lugar a opção *quotidiano sociocentrado* (22,1%) e em quarto lugar o *quotidiano autocentrado* (14%). Isto significa que, apesar do aumento do número daqueles que revelam orientações autocentradas, estas só aparecem maioritárias (maioria relativa) na variante "projecto" e não na variante "quotidiano".

QUADRO 3 – Atitudes perante a vida e a sociedade, segundo o sexo (%)

	Quotidiano autocentrado		Quotidiano sociocentrado		Projecto autocentrado		Projecto sociocentrado	
	2000	2006	2000	2006	2000	2006	2000	2006
Mulheres	7,4	10,7	36,2	24,9	22,0	38,4	34,4	26,1
Homens	13,1	20,5	27,8	17,1	27,8	30,7	31,4	31,7
Total	9,3	14,1	33,4	22,1	23,9	35,7	33,4	28,1

Fonte: Inquéritos aos Estudantes da UC (2000 e 2006), Centro de Estudos Sociais.

Quanto à distribuição segundo o sexo, a comparação apresenta igualmente resultados interessantes. Em 2000 as mulheres eram maioritárias em itens como *projecto sociocentrado* (34,4% Ms contra 31,4% Hs) e *quotidiano sociocentrado* (36,2% contra 27,8%) e eram claramente minoritárias nos dois restantes tipos de representações sociais, quer no *projecto autocentrado* (22% Ms contra 27,8% Hs) quer no *quotidiano autocentrado* (7,4%

Ms contra 13,1% Hs). Isto permite-nos concluir que, segundo os resultados do primeiro estudo, se deveu sobretudo às mulheres o facto de a maioria dos inquiridos ter revelado uma maior preferência por subjectividades com maior envolvência social e no colectivo.

Os resultados de 2006 evidenciam uma certa inversão. No caso da opção *projecto sociocentrado,* o sector feminino passou a estar em minoria, e a uma distância significativa do sexo oposto (26,1% Ms, 31,7% Hs), enquanto antes acontecia o contrário. O oposto do que acontece no item *projecto autocentrado* (38,4% Ms, 30,7% Hs) e no *quotidiano sociocentrado* (24,9% Ms, 17,1% Hs) onde as mulheres aparecem em clara maioria. Quer no *quotidiano autocentrado* (10,7% Ms, 20,5% Hs), quer no *projecto sociocentrado* (26,1% Ms, 31,7% Hs) são os rapazes que estão em maioria, tendo neste último caso aumentado a diferença a favor das moças, sobretudo à custa da redução da adesão delas a esta opção.

Daqui se conclui que, ao longo deste período, os estudantes parecem ter desinvestido nas orientações "sociocentradas" – em especial *as* estudantes – e passado a investir mais nas orientações "autocentradas", muito embora no caso dos rapazes se mantenha uma maior aposta no *projecto sociocentrado* (que se reforçou ligeiramente). No caso do *quotidiano autocentrado*, nota-se um aumento muito significativo de ambos os sexos, mas sobretudo entre os rapazes, enquanto no *projecto sociocentrado* eles mantêm essa orientação, ao passo que elas diminuem claramente. Trata-se neste caso, claramente, de um efeito que deriva do aumento das dificuldades no acesso ao emprego. Ou seja, a pressão do mercado de trabalho e o desemprego de licenciados parecem resultar num maior investimento na defesa do interesse individual, tanto no imediato como no médio ou longo prazo. Por outro lado, a persistência dos rapazes no *projecto sociocentrado* prende-se aparentemente com a sua participação mais assídua nas estruturas organizativas da sociedade e no movimento estudantil (como adiante se verá), o que sem dúvida contribui para reforçar o sentido de partilha e o envolvimento social dos jovens na construção do futuro colectivo.

Também a este propósito, vale a pena comparar as diferenças entre os estudantes das Repúblicas e os restantes. De facto, quer a tradição e a memória histórica que está intimamente associada a estas casas "comunitárias", quer a própria experiência vivida em colectividade conferem-lhes características específicas. Como pode ver-se no Quadro 4, entre a minoria de estudantes "repúblicos" e os restantes são patentes os contrastes nas respectivas atitudes. À semelhança do que antes foi assinalado a propósito da praxe académica, as orientações destes jovens exprimem uma evidente clivagem na forma como se posicionam perante a sociedade e a vida em geral.

QUADRO 4 – Posicionamento perante a vida, comparação entre os estudantes das Repúblicas e os outros, 2006 (%)

Posicionamento perante a vida	Repúblicas	Outros	Total (N)
Quotidiano autocentrado	10,7	14,2	14,1 (390)
Projecto sociocentrado	41,1	27,8	28,1 (774)
Projecto autocentrado	7,1	36,3	35,7 (984)
Quotidiano sociocentrado	41,1	21,7	22,1 (610)

A preferência por orientações sociocentradas é muito evidente no caso dos estudantes das Repúblicas, enquanto o *chamado projecto autocentrado* (que, como já se viu, recolhe a maioria de respostas da totalidade da amostra) é rejeitado quase em absoluto por este segmento da população estudantil. Aparentemente, os "repúblicos" são mais sensíveis ao envolvimento com os outros, o que se prende com o facto de no interior das casas em que vivem prevalecer uma cultura de partilha e corresponsabilização na divisão das tarefas quotidianas no espaço da habitação, mas esta sensibilidade menos individualista não será alheia a outros factores socioculturais.

Para além das conotações que ligam, como antes foi referido, o ambiente das Repúblicas ao passado de luta do movimento estudantil coimbrão, subsiste o tradicional espírito de tertúlia, caracterizado pela presença de uma cultura de boémia na qual se combinam o sentido de irreverência e o estilo de vida "alternativo" ou supostamente "vanguardista", quer no plano político, quer no plano estético e dos consumos culturais. Com todas as suas tonalidades e sem esquecer a heterogeneidade que desde sempre acompanhou a vida nas Repúblicas, esta imagem subsiste entre a actual geração de estudantes. Muitos lançam sobre este sector minoritário um olhar de reprovação ou desconfiança, associando-os a irresponsabilidade, excesso de consumo de álcool e fraco aproveitamento escolar. De resto, o nosso questionário confirmou isso mesmo, ao mostrar, por exemplo, que as "festas e convívios em repúblicas ou residências" são as actividades de lazer menos procuradas pelos estudantes, apesar de se saber que as saídas a bares e discotecas são constantes e de as referidas festas das repúblicas serem, regra geral, de porta aberta. Esta imagem negativa que a comunidade mais geral parece construir acerca das Repúblicas – uma imagem porventura distorcida e preconceituosa – relaciona-se, por sua vez, com a atitude céptica por parte dos "repúblicos" em relação à praxe estudantil, que em parte deriva do luto académico que entre eles vigora desde 1969, mas também como resultado de uma clara demarcação de modelos de referência nos planos

cultural e ideológico. Seja como for, o modo de vida e as orientações subjectivas desta minoria reflectem-se em atitudes e práticas notoriamente distintas, como pode verificar-se noutros resultados do estudo.

Práticas e opiniões sobre o associativismo

A análise dos resultados directamente relacionadas com o movimento estudantil permite perceber mais em detalhe as dificuldades de participação associativa da geração actual dos estudantes de Coimbra. Efectivamente, tanto os aspectos que respeitam às práticas como às atitudes perante a estrutura dirigente (AAC), ou ainda os relacionados com as expectativas acerca dos objectivos de luta a merecerem prioridade, assumem-se aqui como dimensões interessantes de análise.

Como se sabe, a escassa participação cívica e associativa dos portugueses é uma realidade que nas últimas décadas tem vindo a agravar-se. Apesar de se verificarem ainda níveis assinaláveis de filiação associativa no nosso país, segundo estudos recentes, houve uma quebra clara na última década do século passado: de 34% de filiação associativa, em 1990, passou-se a 25,6%, em 1999. Por outro lado, os valores ditos *pós-materialistas* tendem a consolidar-se no âmbito da UE e também em Portugal, mas no nosso país estão ainda distantes da média europeia (Delicado, 2003).

Acresce que a participação não é a mesma coisa do que a simples filiação.[16] Nas eleições para a Direcção Geral da AAC, os níveis de abstencionismo são extremamente elevados. Ora, se quanto aos níveis de filiação associativa e de participação em actos eleitorais o panorama já é bastante preocupante (apenas 30-35% de votantes), quando se passa para o plano da intervenção activa na vida das associações ou da actividade regular nas estruturas organizadas da sociedade civil o problema ganha ainda mais evidência. E o mesmo que se passa na sociedade mais geral passa-se também na esfera do associativismo estudantil. Refiram-se, por exemplo, os baixíssimos volumes de participação activa dos estudantes quer em reuniões de núcleo (estruturas de curso que funcionam no interior das faculdades), em que apenas cerca de 11% afirmaram participar "muitas vezes" (54,2% nunca participaram), quer em iniciativas como abaixo-assinados e campanhas cívicas (11,2% de participação assídua e 35,4% que nunca participaram). 66,5% dos estudantes nunca foram a uma assembleia magna; 69,8% nunca participaram numa manifestação estudantil; 71,2% jamais aderiram a qualquer outro tipo de manifestação pública.

[16] No caso da AAC – que é a maior associação estudantil do país – os níveis de filiação são elevados porque os estudantes da UC são automaticamente membros da associação no próprio acto da inscrição na universidade.

Comparando os resultados entre os que residem nas Repúblicas e a restante população estudantil (Quadro 5), verifica-se, uma vez mais, as diferenças entre estes dois universos. Fica claro o maior envolvimento da minoria dos "repúblicos" no plano da participação cívica e associativa, sendo evidente o activismo bem mais elevado deste sector.

QUADRO 5 – Participação em protestos públicos e actividades associativas, comparação entre os estudantes das Repúblicas e os outros (%)*

Acções em que participou**	Repúblicas	Outros	Total
Assembleia magna	31,0	4,0	4,6
Reuniões de núcleo/curso	15,8	11,3	11,4
Manifestações de âmbito estudantil	39,7	3,7	4,4
Outro tipo de manifestações	26,3	1,8	2,3
Greves	29,8	6,6	7,1
Abaixo-assinados/campanhas cívicas	29,9	10,9	11,3
ONG´s ou associações culturais e cívicas	13,7	5,1	5,2
Acções de solidariedade	8,6	7,1	7,1
Listas para órgãos estudantis ou outros	5,1	5,8	5,7

* Os resultados correspondem ao somatório dos níveis de maior regularidade de participação (soma as respostas "sempre" + "muitas vezes", num leque que continha ainda as opções "algumas vezes", "poucas vezes" e "nunca").
** Perguntava-se com que regularidade tinha participado nessas actividades ao longo do ano transacto.

Os maiores contrastes notam-se em acções como a participação em assembleias magnas da AAC (31% de "repúblicos" participaram muito contra apenas 4% dos restantes); em manifestações de âmbito estudantil (39,7% contra 3,7%); e outro tipo de manifestações (26,3% contra 1,8%). O único item em que o sector aqui minoritário revela menor actividade do que os seus colegas é o que se refere à participação em listas para os órgãos estudantis (5,1% contra 5,8%). Este último dado pode parecer contraditório, mas pode compreender-se, já que o radicalismo dos estudantes das Repúblicas é perpassado por orientações e subjectividades que se assumem na demarcação face à massa estudantil e no combate à lógica dominante na gestão da associação. A presença de correntes organizadas, como a "Ruptura", conotada com uma facção do Bloco de Esquerda, que mantém ligações ao mundo das Repúblicas, deverá ter aqui alguma influência, designadamente ao promover a participação em iniciativas publicas da AAC (como as manifestações e as assembleias magnas), contribuindo para esti-

mular a acção do sector mais radical num sentido combativo e, por assim dizer, "anti-sistema", o que, aparentemente, se traduz numa rejeição da lógica eleitoral instituída.

Atitudes perante a AAC e a luta estudantil

Os resultados do Quadro 6, abaixo, referem-se às opiniões dos inquiridos quanto ao funcionamento da estrutura dirigente da AAC. Antes de mais, um dos indicadores mais surpreendentes a este respeito é o que revela uma elevada percentagem de inquiridos (49%) que considera que a Direcção Geral da AAC *é um organismo elitista que promove o acesso à política*. Este é, na verdade, um resultado contundente que exprime o divórcio que atrás já foi assinalado. Diga-se, por outro lado, que as afirmações mais positivas[17] quanto ao papel da AAC obtiveram também valores significativos de adesão, como é o caso da opinião segundo a qual a mesma *é fundamental para a imagem e coesão da UC* (42,4%), ou a afirmação de que a AAC *representa e defende os interesses dos estudantes* (39,8%) ou ainda a convicção de que a Associação *é importante para o desenvolvimento do espírito académico* (33,6%).

Porém, as opiniões de sentido crítico, para além da que já se referiu – "um organismo elitista que promove o acesso à política" –, recolheram níveis de adesão igualmente reveladores, como acontece com a que nos diz que a AAC *está um pouco distante dos interesses e dos problemas dos estudantes* (34%) ou ainda a que a considera *uma estrutura centralizada e desligada das faculdades* (23,2%). Destes dados, sobressai ainda o maior sentido crítico dos "repúblicos" acerca da estrutura dirigente da AAC. Este segmento privilegia claramente as afirmações de sinal "negativo" (numeradas por 2., 3. e 5.), ao contrário dos outros estudantes, que, maioritariamente, preferem subscrever as afirmações de sinal "positivo" em relação à actividade da associação (numeradas por 1., 4. e 6.). O maior contraste refere-se à opinião de que a AAC *é um organismo elitista que promove o acesso política* (que é partilhada por 77,6% dos "repúblicos" contra 48,6% dos restantes inquiridos).

Já quando se trata de comparar estas opiniões segundo o sexo, verifica-se que as mulheres são em geral bem mais "simpáticas" do que os homens na avaliação que perfilham sobre a AAC, isto é, elas indicam numa maioria clara subscrever as opiniões de sinal mais favorável à associação estudantil. A diferença mais evidente dirige-se, neste caso, para a avaliação segundo a

[17] Da lista de seis formulações apresentadas assinalam-se no quadro com os sinais "+" ou "–" respectivamente as de sentido positivo e negativo.

qual a AAC *é importante para o desenvolvimento do espírito académico* (36,9% Ms contra 27,4% Hs). Um outro aspecto que vale a pena referir diz respeito às opiniões sobre as prioridades que deveriam guiar o programa da AAC. A população estudantil em geral considerou como aspectos mais importantes: o esforço de *maior ligação ao mercado de trabalho* (94,6%), o *apoio à investigação científica* (80,8%)[18], as *condições de estudo* (78,9%) e o apoio à acção social, com *mais e melhores bolsas* de estudo (76,6%).

QUADRO 6 – Opinião sobre a DG/AAC, comparações entre os estudantes das Repúblicas e os outros, e segundo o sexo (%)

Opinião sobre a AAC	Comparação c/ Repúblicas		Sexo		Total
	Repúblicas	Outros	Ms	Hs	
1. Representa e defende os interesses dos estudantes	19,0	40,2	40,9	37,7	39,8
2. Está um pouco distante dos interesses e dos problemas dos estudantes	41,4	33,8	31,4	38,7	34,0
3. É um organismo elitista que promove o acesso à política	77,6	48,6	45,0	56,3	49,2
4. É importante para o desenvolvimento do espírito académico	10,3	34,1	36,9	27,4	33,6
5. É uma estrutura centralizada e desligada das faculdades	25,9	23,3	20,4	28,4	23,3
6. É fundamental para a imagem e a coesão da UC	20,7	42,9	44,7	38,4	42,4

Estes resultados revelam, por um lado, algum sentido pragmático que vai ao encontro do actual cenário de mudanças e dificuldades no acesso ao emprego e, por outro lado, mostra o relativo afastamento das "velhas" bandeiras do movimento estudantil (no período recente), como sejam a luta anti-propinas e contra o *numerus clausus.* Também aqui as preocupações do sector das Repúblicas revelaram uma maior ênfase no plano da "luta" do que os seus restantes colegas. Isso fica claro em itens como a luta pelo fim do *numerus clausus* (64,2% Rs contra 28,8% outrs), *o combate às pro-*

[18] Não deixa de ser interessante verificar a aparente preocupação da população estudantil com o apoio à investigação científica. No geral, estes resultados contrariam a imagem de radicalismo e até de "irresponsabilidade" que por vezes tem sido associada ao activismo estudantil. Todavia, convém ao mesmo tempo ter presente que estas orientações agora recolhidas não têm, por enquanto, sido coincidentes com os objectivos fundamentais dos protestos estudantis, nem em Coimbra nem no país.

pinas (74,2% Rs, 57,9% outrs), a defesa da *paridade nos órgãos de gestão* (69,6% Rs, 50,6% outrs), a revindicação de *mais residências universitárias* (79,3% Rs, 63,8% outrs), e a exigência de *mais e melhores bolsas de estudo* (84,5% Rs, 76,4% outrs). Estas tendências vão, portanto, ao encontro dos maiores índices de participação associativa e cívica já apontados a este sector, bem como às suas opiniões mais críticas acerca do funcionamento das estruturas dirigentes da AAC (Estanque e Bebiano, 2007: 166-168).

Importa, por fim, atentar nas opiniões recolhidas acerca dos movimentos estudantis dos anos 60. As referências ao passado de luta estudantil desse período continuam a ser uma constante no discurso dos dirigentes associativos, muito embora as ideias partilhadas pela actual geração evidenciem a memória esbatida e as ambiguidades acerca dos acontecimentos de há quarenta anos. Os resultados aqui expressos revelam (Quadro 7), pelo menos em alguns dos seus itens, uma certa aproximação das opiniões de ambos os sexos, mas igualmente algumas diferenças evidentes.

QUADRO 7 – Opinião sobre os movimentos estudantis dos anos 60 – comparação entre os estudantes das Repúblicas e os outros, e segundo o sexo (%)*

Opiniões/afirmações	Sexo		Comparação c/ Repúblicas		Total
	Ms	Hs	Repúblicas	Outros	
1. Foram importantes para a democratização do país	74,3	75,7	66,0	75,1	74,8
2. Trouxeram grandes mudanças ao funcionamento da Universidade	64,9	61,5	60,0	63,8	63,7
3. Tiveram mais a ver com a política do que com os interesses estudantis	33,7	35,1	23,2	34,4	34,2
4. Nada têm a ver com a actualidade e são sobrevalorizados	14,9	20,0	14,6	16,7	16,7
5. Exprimiram o elitismo da universidade em relação ao resto da sociedade	12,8	18,7	17,9	14,9	14,9
6. Têm influência nas actuais movimentações estudantis	38,8	36,8	32,1	38,3	38,1
7. Foram imports na formação dos actuais quadros e dirigentes políticos	46,6	60,1	57,1	51,4	51,3
8. Criaram laços de partilha e solidar. geracional entre os estudantes	41,8	40,5	41,0	41,3	41,4

* As percentagens referem-se às respostas concordantes com estas afirmações, isto é, correspondem ao somatório das respostas 4 + 5, num leque de cinco opções (entre 1 = discorda totalmente, e 5 = concorda totalmente).

A importância desses movimentos *na formação dos actuais quadros e dirigentes políticos* é bem mais reconhecida pelos rapazes do que pelas raparigas (46,6% Ms, 60,1% Hs) e o mesmo se passa com a ideia de que *nada têm a ver com a actualidade e são sobrevalorizados* (14,9% Ms, 20% Hs). Muito provavelmente, estes resultados devem-se ao facto de, regra geral, os rapazes continuarem a ocupar um maior protagonismo no plano político e associativo, o que, por sua vez, corresponde a uma mais notória politização do sector masculino. Mesmo quando se trata de opiniões muito minoritárias, a diferença relativa das respostas mostra como os rapazes são sempre mais radicais e extremados do que as raparigas.

Na comparação com os estudantes das Repúblicas, apesar de igualmente espelharem uma relativa proximidade de posições, parece notar-se a este respeito uma atitude entre os "repúblicos" ilustrativa de um menor "entusiasmo" do que poderia esperar-se, relativamente às lutas académicas daquela que é geralmente considerada a "década de ouro" dos novos movimentos sociais e onde, como se viu, este segmento teve grande protagonismo. Embora a maioria dos estudantes das Repúblicas também enalteçam o papel dos movimentos estudantis daquela geração, fazem-no em menor percentagem do que os seus colegas "não repúblicos". Isso acontece, por exemplo, no caso da opinião de que eles *foram importantes para a democratização do país* (66% dos "repúblicos" contra 75,1% dos outrs); quanto à consideração de que as lutas desse período *trouxeram grandes mudanças ao funcionamento da Universidade* (60% Rs, 63,8% outrs); e ainda no caso da opinião de que as mesmas *têm influência nas actuais movimentações estudantis* (32,1% Rs, 38,3% outrs). A minoria de estudantes das Repúblicas também considera, de forma mais vincada do que os restantes, que os movimentos académicos dos anos 60 *foram importantes na formação dos actuais quadros e dirigentes políticos* (57,1% Rs, 51,4% outrs); mas, por outro lado, são igualmente mais firmes na defesa da ideia de que *exprimiram o elitismo da Universidade em relação à sociedade*, apesar de se tratar também aqui de uma ínfima minoria (17,9% Rs, 14,9% outrs).

Tendo em conta a tradicional ligação das comunidades estudantis das Repúblicas aos momentos mais intensos da luta académica (dos anos 60, sobretudo), poderia esperar-se que isso se traduzisse numa atitude mais "glorificadora" dessas experiências. Porém, os resultados não revelam exactamente isso. Uma possível hipótese explicativa é a seguinte: existe uma percepção, que parece estar a insinuar-se entre os estudantes das casas comunitárias, de que o resultado das lutas daquela época não correspondeu às expectativas "emancipatórias" das anteriores gerações e, aparente-

mente, também não responde às necessidades da actual geração. Quando os "repúblicos" reconhecem os impactos dessas lutas na formação da actual "classe política" estão, porventura, a querer dizer-nos que essa influência não foi tão relevante quanto seria de esperar, visto que, como sabemos, o seu ponto de vista sobre os actuais "políticos" se caracteriza pelo distanciamento crítico. Além disso, como as Repúblicas de hoje estão longe de possuir a mesma influência das daquela época – ou sequer a mesma presença física na cidade estudantil –, sendo notória a sua incapacidade de tocar a massa estudantil mais geral, compreende-se o sentimento difuso (que estes resultados parecem indicar) de que esse passado e as suas promessas se esgotaram nos seus próprios limites, daí resultando a convicção de que, na presente conjuntura, os problemas sociais e estudantis exigem outro tipo de respostas. É certo que – por razões do próprio contexto político – nos anos 60 as condições eram bem diferentes, sendo a acção colectiva objecto de repressão policial mas, ao mesmo tempo, suscitando maior união entre as diferentes correntes e sectores de estudantes.[19] Todavia, o facto de tais condições serem hoje impossíveis de realizar, do ponto de vista do sector mais radical dos "repúblicos", pode contribuir para ampliar esse sentimento de demarcação, que porventura é corolário da percepção de uma necessidade de desenhar novas rupturas e formas de luta, que pouco têm a ver com esse passado.

Conclusão

Como acabei de mostrar, os resultados do inquérito revelam uma escassa participação dos estudantes nas actividades associativas e também nos actos eleitorais da Associação de Estudantes (AAC). Esta situação é, sem dúvida, expressão das tendências mais gerais das democracias ocidentais, onde se assiste a um crescente divórcio entre a acção política e os cidadãos.

Assim, é necessário atender a que as formas tradicionais de intervenção pública e as modalidades de activismo político que vigoraram ao longo da segunda metade do século XX se encontram em profunda transformação. Por um lado, assistiu-se à emergência de todo um conjunto de novas dinâmicas e formas de mobilidade social e territorial, à intensificação dos fluxos globais de todos os tipos, à presença crescente das novas tecnologias

[19] Apesar da diversidade de posições – também nessa época – e de a consciencialização política ser escassa e restrita a uma minoria; apesar das dificuldades e do clima repressivo, ou por isso mesmo, a vontade de resistir e de lutar contra um adversário bem identificado (o poder político e universitário que negava a democracia e os direitos dos estudantes) favoreceu uma maior sintonia entre as vanguardas organizadas e a massa estudantil, em particular nos momentos mais intensos de conflitualidade.

da informação, ao aumento da concentração urbana, etc., o que conduziu a mudanças drásticas nos modos de vida em sociedade e a uma maior individualização das relações sociais.

No caso da Universidade de Coimbra, os processos de massificação, o quotidiano da vida estudantil e a crescente feminização alteraram as atmosferas da cidade e os núcleos em que germinaram as sociabilidades alternativas são, hoje, muito escassos. Em primeiro lugar, na sua maioria, os estudantes (que são sobretudo oriundos da região Centro, 70%, e do distrito de Coimbra, 35%) ou habitam com os pais na cidade ou visitam as suas famílias semanalmente, saindo muitas vezes à sexta-feira e regressando à segunda-feira. Isto retira logo algum sentido à capacidade de reforço das identidades de grupo e à promoção de actividades de índole cultural e associativa.

Em segundo lugar, o acentuar da evasão regular/semanal para fora da cidade prende-se também com a maior presença de filhos da classe trabalhadora e de raparigas. Ou seja, perante esta composição das origens sociais, dados os constrangimentos financeiros que se adivinham, tende a existir uma maior pressão da família no sentido da conclusão do curso dos filhos, com a maior brevidade possível, tendo em vista alcançar rapidamente uma posição no mercado de trabalho. Além disso, não só a família e o acesso ao mercado de trabalho são hoje em dia os principais factores de preocupação apontados pelos estudantes, como o sector feminino revela em geral uma maior dedicação à família, recordando que elas estão em número significativo sobretudo entre o segmento dos que são filhos de trabalhadores não qualificados, cerca de 31% (Estanque e Nunes, 2003).

Em terceiro lugar, o fenómeno da feminização introduziu uma importante dissonância na cultura estudantil de Coimbra, uma vez que a tradição académica é fortemente masculinizada. Os rituais festivos, os cortejos, as brincadeiras da praxe, as próprias canções associadas ao simbolismo da universidade são todos eles imbuídos de valores patriarcais e de atitudes onde persiste algum marialvismo. Nuns casos a violência (simbólica ou física), noutros, as práticas sexistas, tendem ainda a relegar as raparigas para um estatuto secundário em relação aos rapazes. Por exemplo, não é permitido às mulheres cantarem o fado de Coimbra (não sendo proibido, há, no entanto, uma resistência da parte dos mais acérrimos defensores da tradição); os dirigentes associativos e os activistas são maioritariamente rapazes; mesmo as jovens que ocupam posições na estrutura dirigente da associação ou nos "núcleos" de curso das faculdades vêem ser-lhes atribuídos os pelouros de pendor mais "feminino" (de acordo com o cânone tradicional); na Direcção Geral, as "meninas" (além de serem minoritárias)

surgem sempre na segunda ou na terceira fila nas diversas cerimónias oficiais em que a associação está representada. Em contrapartida, e pela mesma ordem de razões, algumas das (poucas) iniciativas de crítica à praxe académica e ao machismo de que a tradição académica está imbuída foram, nos últimos tempos, dinamizadas por núcleos de mulheres (nomeadamente as Repúblicas femininas como a "Rosa Luxemburgo" ou as "Marias do Loureiro"), contribuindo para sensibilizar algumas consciências a este respeito. Tal contestação, porém, não tem tido grande continuidade e, ultimamente, apenas em situações muito pontuais, como foi o caso do lançamento de um novo disco de fados de Coimbra cantados por uma mulher (Cristina Cruz, *Coimbra Menina do Meu Olhar,* Aeminium Records, 2006), a problemática das relações entre os sexos na UC surge como tema de debate público.

No actual momento, em que a universidade se debate com um processo geral de reestruturação – na sequência do processo de Bolonha – é difícil avançar prognósticos acerca dos impactos da mudança em curso, quer na esfera do ritualismo, quer no que respeita às actividades associativas e ao movimento estudantil. As alterações ao regime jurídico do ensino superior já decididas pelo governo, em especial o facto de os estudantes perderem praticamente toda a representatividade que detinham nos órgãos de gestão da universidade e das faculdades, só recentemente deram lugar à readaptação dos estatutos das instituições universitárias (estão a aguardar homologação os da Universidade de Coimbra), prevendo-se para breve um processo semelhante nas faculdades.

Aparentemente, este novo cenário poderia favorecer o desencadear de novas acções de contestação. Mas o panorama que hoje se vive em Portugal entre o movimento estudantil é marcado pela indiferença. A juventude universitária é pouco politizada e os sectores que o são tendem a fechar-se no seu ciclo restrito e escudam-se num discurso radical e por vezes dogmático – por exemplo, há sinais de que a minoria dos que vivem nas Repúblicas, apesar da sua atitude de esquerda, mostra acima de tudo um evidente desprezo pela "massa" dos estudantes – deixando transparecer o seu *ethos* elitista e, portanto, a falta de capacidade ou de vontade para uma efectiva ligação aos problemas do estudante comum.

Por seu lado, as estruturas associativas são, como se viu, conotadas pela maioria dos estudantes com o jogo político e com estratégias (inclusive pessoais) tendentes a servir-se do protagonismo que os cargos dirigentes sempre propiciam em benefício próprio. O facto de muitos ex-dirigentes ocuparem actualmente cargos políticos ou profissionais de relevo fornece também um motivo acrescido para que grande parte da juventude univer-

sitária olhe com cepticismo para os seus dirigentes ou simplesmente não participe em qualquer actividade associativa, nem mesmo nos actos eleitorais. No actual contexto de mudança no funcionamento do sistema universitário e de recomposição da população estudantil de Coimbra, a construção das sociabilidades estudantis e a sua ligação à cidade alteram-se substancialmente.

A maior proximidade geográfica dos estudantes em relação às suas terras de origem, ao contrário do que poderia esperar-se, não está a facilitar a fixação da população estudantil nem parece contribuir para reforçar a identidade colectiva dos estudantes na relação com espaço da cidade e menos ainda através do seu contributo activo na dinamização da actividade cultural local (ela própria bastante incipiente, diga-se). Com efeito, a maior facilidade de transportes aliada ao facto de os estudantes serem hoje mais dependentes do apoio financeiro das famílias (muitas delas de classe-média/trabalhadora), são factores que favorecem o aumento dos fluxos pendulares de fim de semana, levando muitos estudantes a sair à sexta-feira e a regressar à segunda-feira, reduzindo-se assim o tempo de estada na cidade. Assim, as vivências e sociabilidades da juventude estudantil no espaço urbano passaram a ser mais frágeis e voláteis, contribuindo para esbater a sua identificação com a cidade de Coimbra, tornada para eles um lugar de passagem.

Tudo isso somado às condicionantes sociais mais gerais, em que prevalece o individualismo, o desinteresse pelo conhecimento e pela actividade cultural, a indiferença perante a vida pública, pelo associativismo e o exercício da cidadania, apresenta-nos um conjunto de factores justificativos da fragilidade do movimento estudantil na Universidade de Coimbra. Por isso, se a Universidade e a população estudantil continuam a ser as principais referências da identidade coimbrã, faria sentido que as instituições locais – em especial o poder municipal e as autoridades académicas – prestassem maior atenção e mostrassem mais dinamismo frente às tendências preocupantes que hoje se desenham neste campo, por forma a procurar invertê-las. Para compreender a realidade actual de Coimbra, importa ter presente o significado e o prestígio granjeados no passado, mas importa também, se queremos fazer jus a esse prestígio, evitar que essa tradição seja confundida com uma peça de museu. É inegável a importância fulcral que representam o envolvimento e a fixação dos estudantes (e também os licenciados e pós-graduados) na vida cultural e económica da cidade, bem como o potencial contributo para a dinamização, desenvolvimento e projecção nacional e internacional daquela que (justamente pela importância da sua universidade) se tornou conhecida como a "Lusa Atenas".

Referências bibliográficas

Bakhtin, Mikhail (1999), *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais.* São Paulo/Brasília: EDUNB/HUCITEC.

Bauman, Zugmunt; Tester, Keith (2001), *Conversations with Zygmunt Bauman*. Cambridge: Polity Press.

Bebiano, Rui (2003), "Cidade e memória na intervenção estudantil em Coimbra", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 151-163.

Bebiano, Rui; Cruzeiro, Maria Manuela (2006), *Anos inquietos. Vozes do movimento estudantil em Coimbra [1961-1974].* Porto: Afrontamento.

Beck, Ulrich (2000), *Un nuevo mundo feliz: La precaridad del trabajo en la era de la globalización.* Barcelona: Paidós.

Beck, Ulrich (2006), *Cosmopolitan Visions.* Cambridge: Polity Press.

Boltanski, Luc; Chiapello, Ève (2001), *Le nouvel esprit du capitalisme.* Paris: Gallimard.

Bourdieu, Pierre (1984), *Questions de sociologie.* Paris: Minuit.

Cardina, Miguel (2008), *A tradição da contestação: Resistência estudantil em Coimbra no Marcelismo.* Coimbra: Angelus Novus.

Cardoso, Irene (2005), "A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança", *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP,* 17(2), 93-107.

Caron, Jean-Claude (1999), *A l'école de la violence. Châtiments et sevices dans l'institution scolaire au XIXème siècle.* Paris: Aubier.

Carreiro, Teresa M. Amaral (2002), *Viver numa República de Estudantes de Coimbra – Real República Palácio da Loucura (1960-70).* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (diss. de mestrado).

Cohen, Jean L.; Arato, Andrew (1992), *Civil Society and Political Theory.* Cambridge: MIT Press.

Cruzeiro, Celso (1989), *Coimbra, 1969. A crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*. Porto: Afrontamento.

Delicado, Ana (2003), "A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo", *in* Jorge Vala; M. Villaverde Cabral; Alice Ramos (orgs.), *Valores sociais: mudança e contrastes em Portugal e na Europa.* Lisboa: ICS, 199-256.

Drago, Ana (2004), *Agitar antes de ousar: o movimento estudantil "antipropinas"*. Porto: Afrontamento.

Duarte, Madalena (2000), *A taberna e a boémia coimbrã – Práticas de lazer dos estudantes de Coimbra.* Coimbra: FEUC (diss. de licenciatura).

Eagleton, Terry (1991), *Ideology.* London: Verso.

Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class — Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies.* London: Sage.

Elias, Norbert (1989), *O processo civilizacional.* Lisboa: D. Quixote.

Estanque, Elísio (2006), "A questão social e a democracia no início do século XXI – Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo", *Finisterra,* 55/56/57, 77-99.

Estanque, Elísio; Bebiano, Rui (2007), *Do activismo à indiferença. Movimentos estudantis em Coimbra.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Estanque, Elísio; Nunes, João Arriscado (2003), "Dilemas e desafios da Universidade: Recomposição social e expectativas dos estudantes na Universidade de Coimbra", *Revista Crítica de Ciências Sociais,* 66, 5-44.

Eyerman, Ron; Jamison, Andrew (1991), *Social Movements – A Cognitive Approach*. Cambridge: Cambridge UP.

Fortuna, Carlos; Peixoto, Paulo (2002), "A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas", *in* Carlos Fortuna; Augusto Santos Silva (orgs.), *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal.* Porto: Afrontamento.

Foucault, Michel (1977), *Vigiar e punir.* Petrópolis: Editorial Vozes.

Frias, Aníbal (2003), "Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 81-116.

Garrido, Álvaro (1996), *Movimento estudantil e crise do Estado Novo. Coimbra, 1962*. Coimbra: Minerva.

Holzmann, Lorena; Padrós, Enrique S. (2003), *1968 Contestação e utopia.* Porto Alegre: UFRGS.

Lamy, Alberto Sousa (1990), *A Academia de Coimbra, 1537-1990.* Lisboa: Rei dos Livros.

Leccardi, C.; Ruspini, E. (orgs.) (2005), *A New Youth?*. Aldershot: Ashgate.

Leccardi, Carmen (2005), "Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo", *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP,* 17(2), 35-57.

Lima, José Lobo D' Ávila (1906), "Meio século de vida coimbrã", *Ilustração Portuguesa*, 22, 685.

Machado, Fernando Luís *et al.,* (1990), "Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais,* 27/28, 189-209.

Machado, Fernando Luís *et al.* (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais,* 66, 45-80.

Mannheim, Karl (1952), *Essays on the Sociology of Knowledge.* London: Routledge and Kegan Paul.

Melucci, Albert (1996), *Challenging Codes. Collective Action in the Information Age*. Cambridge: Cambridge UP.

Melucci, Albert (1998), *Nomads of the Present.* London: Hutchinson.

Moulin, Léo (1994), *A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média.* Lisboa: Livros do Brasil.

Murger, Henri (1888), *Scènes de la bohème.* London: Vizetelly & Co. Disponível em: http://home.swbell.net/worchel/contents.htm (acedido em: 13/08/2008).

Namorado, Rui (1989), "Para uma Universidade Nova – Crónica da Crise de 69 em Coimbra", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, 63-124.

Nowotny, Helga (1994), *Time: the Modern and Post Modern Experience.* Cambridge: Polity Press.

Pais, J. Machado (1990), "A construção sociológica da juventude", *Análise Social,* 105/106, 139-165.

Pais, J. Machado (1998), *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Pais, J. Machado (2001), *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro.* Lisboa: Âmbar.

Pais, J. Machado; Cairns, D.; Pappámikail, L. (2005), "Jovens europeus: retrato da diversidade", *Tempo Social,* 17(2), 109-140.

Pollock, Gary (2002), "Contingent identities", *Young,* 10, 59-72.

Ribeiro, Gustavo Lins (2000), "Política cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual", *in* S. Alvarez; E. Dagnino; A. Escobar, *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 465-502.

Santos, Boaventura de Sousa (2004), *A Universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.* São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2005), *Fórum Social Mundial: Manual de uso.* Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política.* Porto: Afrontamento.

Torgal, Luís Reis (1999), *A Universidade e o Estado Novo.* Coimbra: Minerva.

Touraine, Alain (1985), "An Introduction to the Study of Social Movements", *Social Research,* 52(4), 749-788.

Touraine, Alain (2006), "Na fronteira dos movimentos sociais", *Sociedade e Estado,* 21(1), 17-28.